

Maré e suas representações

Das primeiras ocupações até as mais recentes intervenções urbanísticas

Maré and its representations: from the first occupations to the latest urbanistic interventions /
Maré y sus representaciones: desde las primeras ocupaciones hasta las últimas intervenciones urbanísticas

Vinicius Esperança

Doutor em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
Professor da Universidade Estácio de Sá, Brasil.
profviniciusesperanca@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem por objetivo a construção de um breve panorama histórico das etapas de formação do bairro Maré, desde as primeiras ocupações até as mais recentes intervenções urbanísticas, além de discutir a história das representações da Maré como complexo, território popular, bairro, comunidade e favela. Este trabalho é fruto de pesquisa bibliográfica sobre a história da Maré e de etnografia realizada nos anos de 2016 e 2017.

Palavras-chave: Maré; favela; bairro; comunidade.

ABSTRACT

This article aims to build a brief historical overview of the formation stages of the Maré neighborhood, from the first occupations to the most recent urban interventions, in addition to discussing the history of Maré's representations as a complex, popular territory, neighborhood, community and favela. This work is the result of bibliographic research on the history of Maré and ethnography carried out in the years 2016 and 2017.

Keywords: Maré; favela; neighborhood; community.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo construir una breve panorámica histórica de las etapas de formación del barrio de Maré, desde las primeras ocupaciones hasta las intervenciones urbanas más recientes, además de discutir la historia de las representaciones de Maré como un complejo, barrio, comunidad, territorio popular y favela. Este trabajo es el resultado de una investigación bibliográfica sobre la historia de Maré y una etnografía realizada en los años 2016 y 2017.

Palabras clave: Maré; favela; barrio; comunidad.

Este artigo tem por objetivo a construção de um breve panorama histórico das etapas de formação do bairro Maré, desde as primeiras ocupações até as mais recentes intervenções urbanísticas. Embora não seja uma tarefa fácil levantar e acessar os textos que tratam da história da Maré, já que muitos não se encontram disponíveis na internet e acabaram se tornando livros raros, e por isso seja lugar-comum que os pesquisadores reclamem do pouco material, ainda assim, a Maré é uma das favelas cariocas com maior quantidade de reflexão historiográfica. Instituições locais, como a Redes de Desenvolvimento da Maré e o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), desenvolveram importante trabalho nesse sentido. A primeira, publicando livros sobre a memória e a identidade de moradores de algumas favelas da Maré (Diniz; Belfort; Ribeiro, 2012, 2013). A segunda, criando e administrando o Museu da Maré, o primeiro museu situado em uma favela no Brasil.

Este artigo, fruto de pesquisa bibliográfica sobre a história da Maré e de etnografia realizada nos anos de 2016 e 2017, buscará, também, mostrar a história das representações da Maré como complexo, território popular, bairro, comunidade e favela. Durante esse período, fui pesquisador em uma instituição local, o que me possibilitou a entrada no campo, o acesso a moradores e lideranças, bem como a convivência com eles. Realizei, ao longo desses dois anos, entrevistas e conversas informais, além de observar e participar de significativos processos locais, como a organização de campanha que denunciava a brutalidade policial na favela.

Primórdios de uma ocupação

A região onde se situa a Maré fica às margens da Baía de Guanabara, numa área que, antes da devastação causada por aterramentos e poluição, poderia ser descrita como paradisíaca, repleta de manguezais, pequenas ilhas e praias.

Nomenclaturas locais como Apicu, Timbau, Inhaúma apontam para a presença indígena na região, que foi sendo expulsa pelo invasor português, interessado nas riquezas que poderiam ser exploradas, especialmente o pau-brasil. Ainda no século XVI, foi construído o porto de Inhaúma, que desapareceu no início do século XX. A área, então conhecida como mar de Inhaúma, integrava a fazenda Engenho da Pedra.¹ A nova² ocupação da área onde hoje fica a Maré se

¹ Essa fazenda se estendia a uma área onde hoje estão localizados os bairros de Ramos, Olaria, Bonsucesso e Manguinhos.

² “Nova” porque, como foi apontado, a região possuía presença indígena anterior à chegada dos portugueses.

deu no entorno desse porto, e do porto de Maria Angu,³ especialmente por comunidades de pescadores.

No final do século XIX, com a construção de ferrovias, tendo na estação da Leopoldina o grande centro de referência que vai, inclusive, dar o nome de toda a região, a área litorânea da Baía de Guanabara e seus portos caem em desuso, e a região entra num processo de decadência. Enquanto os bairros do subúrbio e seus centros, onde também ficavam as estações da rede ferroviária, cresciam e se valorizavam pelo movimento que acompanhava os caminhos dos trens – aliado às reformas urbanas do início do século, que expulsavam e removiam os pobres das áreas mais valorizadas da cidade, especialmente, naquele momento, do Centro da Cidade –, as áreas alagadas das margens da Baía iam sendo constituídas como de difícil acesso e desvalorizadas em termos imobiliários, logo a ocupação se manteve esparsa e precária.

Duas grandes construções foram determinantes para a mudança desse cenário e resultaram no início de um movimento de intensa ocupação da região. A primeira foi a construção da variante Rio-Petrópolis, atualmente avenida Brasil, para ligar o Centro da Cidade aos bairros mais afastados da periferia, melhorando o trânsito de automóveis e pessoas pela cidade, assim como o trânsito dos que vinham de outros municípios, como Petrópolis e os municípios da Baixada Fluminense, ainda pouco urbanizada. Os estudos para sua construção começaram a ser feitos na primeira década do século, mas suas obras ocorreram efetivamente entre 1939 e 1954, sendo oficialmente inaugurada em 1946, apesar da continuidade das obras.

A segunda construção foi a Cidade Universitária da então Universidade do Brasil, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro (Oliveira, 2005), que começou em 1949 e se estendeu por mais de vinte anos. Foi feito um grande aterramento na região para a formação de uma ilha artificial, a Ilha do Fundão, sobre um conjunto de pequenas ilhas já existentes.⁴

Essas obras resultaram na construção de aterramentos e vias de acesso à região, e no surgimento de novos postos de trabalho nas indústrias e empresas que começaram a se instalar às margens da avenida Brasil. Os trabalhadores envolvidos nessas grandes construções começaram a se instalar na área, utilizando sobras de materiais para construir suas habitações e se beneficiando pela proximidade ao trabalho. A maior parte dessas construções era palafita.

³ Localizado na praia de Maria Angu, área que foi aterrada e hoje compõe a praia de Ramos.

⁴ As ilhas anexadas foram: Fundão, Pindaí do Ferreira, Pindaí do França, Sapucaia, Bom Jesus, Baiacu, Cabras e Catalão.

Veja o depoimento de Elídia Silva Marques, uma das primeiras moradoras da Maré:

Eu vim morar na Maré no terceiro dia depois da morte do então presidente Getúlio Vargas, em 27 de agosto de 1954. Tudo era mangue, as tábuas flutuavam na água e serviam pra gente fazer os nossos barracos. Muita gente vinha de longe para morar aqui. Os barracos eram cobertos com um tipo de capim chamado jaraguá. O meu velho ia trabalhar descalço, para não sujar os calçados. Quando chovia, a enxurrada trazia insetos, inundava os barraquinhos de madeira e tinha muita gente que não podia ficar dentro da casa.⁵

Os moradores das ilhas afetadas pela construção da Cidade Universitária, na sua maioria pescadores, acabaram também por se instalar nesses emergentes núcleos de habitação do que viria a formar a Maré.

A consolidação das favelas e de um bairro

Nesta parte do artigo, apresentarei uma breve história dessas 16 favelas que compõem a Maré.

Morro do Timbau

O Morro do Timbau é reconhecido como a primeira ocupação que daria origem à Maré como a conhecemos hoje. Seu nome deriva do tupi *thybau*, que significa “entre águas”, uma referência ao morro ter sido a única área seca em torno de um manguezal (Diniz; Belfort; Ribeiro, 2013). A ocupação do Morro é conhecida localmente e consagrada por alguns textos através de um verdadeiro mito de fundação (Santos, 1983; Vaz, 1994; Varella; Bertazzo; Jacques, 2002; Vieira, 2008; Araujo, 2012), construído em grande parte pelo depoimento de dona Orosina, mulher negra, oriunda de Minas Gerais, que morava em uma habitação precária atrás da Central do Brasil, e que, na década de 1940, num passeio com seu marido pela praia de Inhaúma, se encanta com a beleza da região e, recolhendo pedaços de madeira trazidos pela maré, começa a construir sua casa no morro, a pioneira.

Diniz, Belfort e Ribeiro (2013), contudo, identificam, no processo de formação do Morro do Timbau, dois núcleos distintos. O primeiro, mais antigo, na

⁵ O depoimento foi dado ao projeto “Favela tem memória”, da ONG Viva Rio. Disponível em: <http://www.favelatemmemoria.com.br/>. Acesso em: 17 abr. 2018.

praia de Inhaúma, ligado à ocupação da antiga freguesia de Inhaúma, e o segundo, mais recente, em área mais seca, ligado ao que chamam de “processo de periferização e precarização da população do Rio de Janeiro” (p. 27). Havia, pelo menos na década de 1920, na região conhecida como Morro do Timbau, uma pedreira, onde seus trabalhadores fixavam residência, tendo sido, segundo os autores, os primeiros residentes do Morro do Timbau. Uma ocupação, todavia, ainda esparsa e pontual (p. 28-29). Na praia de Inhaúma, havia um núcleo ainda mais antigo, uma comunidade de pescadores que residia por lá, antes da desativação do porto. Relatos de moradores mais antigos apontaram que havia também uma pequena atividade comercial e uma vila simples de casas. Os autores concluem apontando que:

devido às condições favoráveis à pesca e a outras atividades ligadas ao mar, como o transporte, o reparo e a construção de embarcações; devido ao pequeno núcleo populacional e comercial remanescente do período em que o porto de Inhaúma possuía maior relevância na região; e devido às atividades da pedreira do Morro do Timbau, a praia de Inhaúma foi uma região suficientemente conhecida e dinâmica para atrair novos moradores, sobretudo aqueles que não dispunham dos recursos necessários para adquirir um dos lotes nos arredores das estações ferroviárias que nucleavam os nascentes bairros suburbanos da Leopoldina. (Diniz; Belfort; Ribeiro, 2013, p. 37)

Em consequência da construção do estádio do Maracanã, para a Copa do Mundo de futebol de 1950, o 1º Batalhão de Carros de Combate do Exército, que ocupava a região onde seria construído o estádio, foi transferido para uma região contígua ao Morro do Timbau. A transferência se deu entre 1947 e 1952. O Exército passa, então, a empreender controle sobre o Morro, que já apresentava sinais de intensa ocupação, com 3.400 pessoas em 623 barracões, segundo relatório da época (p. 48), cobrando taxas de ocupação, impedindo a construção de casas de alvenaria, decidindo quem poderia morar ou não na região. Silva (2006) aponta que:

A repressão, os abusos e a “exploração” da favela como atividade econômica – fato que tanto indignava as autoridades da época – assumiram feições de legalidade, praticada por militares, inclusive com a emissão de recibos oficiais. Esses agentes assumiram o controle total sobre a favela e passaram a funcionar, sob o pretexto de cuidar do patrimônio da União, como verdadeiros “grileiros”. Mais uma vez, o poder público cuidou de inventar a favela. (Silva, 2006, p. 77)

É nesse contexto que dona Orosina aparece como figura lendária. Ela escreve uma carta ao então presidente Getúlio Vargas e é recebida por ele no Palácio do Catete, conseguindo sua intervenção para que cessassem os abusos cometidos contra os favelados do Timbau. Contudo, para além da bela história que reforça a imagem de Vargas como protetor dos pobres, as arbitrariedades continuaram. Em 1954, é constituída, em decorrência desses conflitos de moradia, a primeira associação de moradores da Maré, e a terceira de favelas do Rio de Janeiro, a Associação de Moradores do Morro do Timbau.

A história de dona Orosina traz os elementos de um verdadeiro mito de formação. Explica a origem do nome da favela (as madeiras trazidas pela Maré dão início à construção da favela), apresenta um casal original como mãe e pai simbólicos da comunidade, e o protagonismo de uma mulher negra que busca seus direitos e luta pela favela. Nela, encontra-se personificada miticamente o engajamento político e a capacidade associativa visando ao bem comunitário, que marcaram a história da Maré e a colocaram num papel de destaque entre as favelas do Rio de Janeiro. Para além da precisão historiográfica, que busquei neste texto, não se pode minimizar a força dessa narrativa na construção da identidade da Maré.

Outro elemento que se destaca na formação do Morro do Timbau como a primeira favela da Maré é a presença do Exército, cujas ações repressivas e arbitrárias acabaram por produzir uma força de reação e lutas, seja na figura da mulher negra que resiste, seja na constituição da primeira associação de moradores. Apesar da violência de Estado, pode-se dizer que eles venceram. A favela venceu, continuou crescendo, e o batalhão se viu, mesmo a contragosto, situado no meio de tantas outras favelas. Cinquenta anos depois, com a Maré ocupada pelo Exército, será justamente o presidente da Associação de Moradores do Morro do Timbau que cairá assassinado.

Baixa do Sapateiro

A Baixa do Sapateiro, ou simplesmente como é mais conhecida, a Baixa,⁶ começou a ser ocupada na década de 1940, em continuidade à ocupação do Morro do Timbau, tendo sido inicialmente chamada de “favelinha do mangue de

6 Há três versões para o nome da favela. A primeira faz referência a um sapateiro como um dos primeiros moradores; a segunda aponta para a Baixa do Sapateiro da cidade de Salvador, na Bahia, já que havia muitos nordestinos que migraram para lá, e o jargão policial chamava-os de “baianos”, comparando a criminalidade local com a da área da região de Salvador; a terceira refere-se a uma planta conhecida como sapateiro, que abunda em vegetação de mangue (Varella; Bertazzo; Jacques, 2002).

Bonsucesso”. Na década seguinte, a favelinha foi avançando em área de manguezais através da construção de palafitas. A Baixa foi historicamente marcada por imensa precariedade de moradia.

Os barracos eram construídos à noite, com materiais precários, geralmente restos de madeira e lata, sobre as palafitas, também de madeira, de quase dois metros de altura. Na Baixa, não havia controle militar, mas existia a repressão da guarda municipal, que se aproveitava dessa precariedade das construções para derrubar, de uma só vez – usando cabos de aço puxados por tratores – vários barracos. A instabilidade era total. (Varella; Bertazzo; Jacques, 2002, p. 32)

Todo dia eu ia e voltava pelo túnel de Ramos cheia de madeira. Foi uma vizinha que me avisou que sobrava muito material lá. O pior é que meu marido trabalhava de dia e não podia ajudar. O pessoal das palafitas pegava tábua e caixote num lixão que tinha aqui do lado. Nessa época a Maré ia da rua da Praia até a avenida Brasil. E as casas eram todas de madeira. Aqui onde a gente está agora já era tudo palafita. [...] O esgoto na favela era todo improvisado. Lembro que fazíamos um buraco no piso do barraco e colocávamos o vaso. As “necessidades” caíam direto na água. Meus filhos mergulhavam na Baía, mas eu morria de nojo. Às vezes aparecia porco, gente morta, aborto. A maré cheia trazia de tudo. Uma vez os meninos viram um “bonequinho”. Na verdade era um menininho. (Claudete de Souza Pereira)⁷

Essas constantes ameaças impulsionaram a constituição, em 1957, de sua associação de moradores. Sucessivos aterramentos foram sendo feitos, alguns pelos próprios moradores, até surgir o Projeto Rio,⁸ que durante a década de 1980 reconfigurou a Maré, acabando com a maior parte das palafitas, aterrando várias áreas e removendo parte dos moradores para novas construções na região, na forma de conjuntos habitacionais.

7 Depoimento dado em 2004 ao projeto “Favela tem memória”, da ONG Viva Rio. Disponível em: <http://www.favelatemmemoria.com.br/>. Acesso em: 17 abr. 2018.

8 O Projeto Rio foi anunciado em 1979, no governo Figueiredo, e tinha como objetivo, segundo Silva (2006), produzir capital político para o ministro do Interior, Mário Andreazza, numa futura abertura democrática. O projeto visava a uma grande intervenção na área da Baía de Guanabara, construindo habitações populares para uma população que já havia se tornado mundialmente conhecida como imagem da miséria urbana brasileira, removendo as palafitas e aterrando parte da área mais poluída da Baía. Nessa época, segundo Silva, “um terço dos habitantes da área da Maré morava nas palafitas, sendo o conjunto formado por seis favelas: Timbau, Baixa do Sapateiro, Parque da Maré, Nova Holanda, Parque Rubens Vaz e Parque União. As principais áreas de palafitas se situavam nas localidades da Baixa do Sapateiro e do Parque da Maré, em geral com barracos de um único cômodo, sem condições mínimas de habitabilidade” (p. 104).

Marcílio Dias

O conjunto Marcílio Dias⁹ começou a ser ocupado em 1948, na então praia das Moreninhas, entre a antiga fábrica da Kelson's¹⁰ e a Casa do Marinheiro. Foi incluído como área da Maré pelo decreto de criação do bairro, em 1994, mas fica relativamente afastado do restante das outras favelas, separado por uma área militar pertencente à Marinha. Possivelmente, por isso não sofreu a ocupação do Exército, nem aparece em muitos mapas da Maré. De fato, Marcílio Dias (Kelson's) fica muito mais próximo ao bairro da Penha Circular, e parece ter sido incluído pelo Estado na circunscrição da Maré, mesmo como uma ilha isolada, sem contiguidade, pelo histórico de ocupação precária, extrema pobreza e construções em palafitas às margens da Baía de Guanabara. As palafitas foram retiradas e houve a construção de um conjunto de habitações populares pelo Projeto Rio. Antes disso, porém, a região ficou marcada internacionalmente como símbolo da pobreza urbana nacional após visita da Madre Teresa de Calcutá, em 1982.

Parque Maré

Conhecido inicialmente como Parque Proletário da Maré, teve sua ocupação no início da década de 1950, em continuidade à Baixa do Sapateiro e às margens da avenida Brasil, em área de mangue. Uma parte de suas moradias se dava sobre aterramentos coletivos feitos pelos moradores, com entulhos das obras da construção da avenida; outra parte, ainda em palafitas, sofria com a instabilidade das marés, que traziam, além do alagamento, muito lixo, lama, ratos e cobras. Talvez pela visibilidade mais latente de sua ocupação e da extrema precariedade, o Parque Maré sofreu contínuas tentativas de remoção. Sua associação de moradores foi constituída na década de 1960 e foi importante elemento de resistência. O Projeto Rio eliminou as últimas palafitas do Parque Maré e produziu significativas mudanças locais em termos de infraestrutura.

Parque Rubens Vaz

O Parque Rubens Vaz surgiu na primeira metade da década de 1950, junto ao canal do rio Ramos (o “valão”), que trazia muita areia vinda da drenagem e

9 Marcílio Dias foi um herói da batalha naval do Riachuelo, e o nome foi dado devido à proximidade com a área da Marinha.

10 Por isso, o conjunto Marcílio Dias é também conhecido como favela da Kelson's. A fábrica foi fechada em 1985.

canalização da zona portuária, levando a região a, inicialmente, ser chamada de “Areal”. Como em tantas favelas da Maré, o aterramento foi feito pelos próprios moradores. Hoje, a favela faz divisa entre as favelas, maiores, da Nova Holanda e do Parque União, que ainda não existiam. O nome do Parque foi dado em 1965, em homenagem ao major que sofreu um atentado político e foi morto em 1954, em evento que culminou com o suicídio de Getúlio Vargas. Possivelmente, o nome tenha sido imposto (ou negociado) pelo regime militar em resposta ao histórico de atuação do advogado Magarinos Torres, ligado ao Partido Comunista Brasileiro, na região, especialmente no Parque União.¹¹

Parque Roquete Pinto

O Parque Roquete Pinto, também conhecido como Roquete, faz divisa com a praia de Ramos e começou a ser ocupado em 1955, a partir de aterramentos feitos pelos próprios moradores. O nome foi dado porque havia no local uma antena transmissora de rádio.

Nova Holanda

A Nova Holanda foi formada por um aterramento, iniciado em 1960, feito no final do Parque Maré, pelo governo de Carlos Lacerda. Foi estabelecido um Centro de Habitação Provisório (CHP), nos moldes dos parques proletários da década de 1940, onde pessoas removidas de outras favelas fariam uma espécie de “estágio civilizatório” para que estivessem aptas para suas novas moradias, em Vila Kennedy, Vila Aliança, ou em conjuntos habitacionais de Benfica e Cordovil.

As primeiras casas construídas eram de madeira. Posteriormente, foram construídos os *duplex*s que eram uma espécie de galpão de madeira, subdividido internamente em 39 unidades (1º pavimento: sala, cozinha e banheiro e no 2º pavimento, dois quartos). (Teodosio, 2006, p. 71)

Com relação às condições materiais, a Nova Holanda diferenciava-se das demais comunidades da Maré por ser uma área plana, espacialmente organizada e com ruas largas. Suas habitações eram uniformes e distribuídas em lotes de cinco metros de largura e dez metros de comprimento. Eram construídas em madeira e obedeciam

11 Sobre a complexa figura de Magarinos, ver o artigo de Amoroso e Gonçalves (2014).

a dois modelos: uma parte era de casas baixas e outra de dois andares, conhecidas como *duplex*. Todos os lotes possuíam uma sala, dois quartos, uma cozinha, um banheiro, um quintal e uma varanda. (Diniz; Belfort; Ribeiro, 2012, p. 86)

O nome do CHP foi dado em referência ao aterramento e aos diques utilizados para contenção da água, que lembravam os holandeses. Foram levadas para lá, principalmente, pessoas removidas das favelas do Morro do Pinto, do Esqueleto, Morro da Formiga, Macedo Sobrinho e Morro do Querosene. O que deveria ter sido provisório acabou se tornando permanente.

A administração local era feita pela Fundação Leão XIII, uma organização criada em 1947, numa parceria entre a Igreja Católica e o Estado, com o objetivo de prestar assistência social nas favelas, numa pedagogia civilizatória para impedir o crescimento da ameaça comunista e os movimentos reivindicatórios autônomos dos favelados. A Fundação teve força na Nova Holanda até o início da década de 1980, até que um movimento local, liderado por mulheres, a chamada Chapa Rosa, venceu as eleições para a associação de moradores, rompendo com as práticas autoritárias e assistencialistas anteriores.

A Nova Holanda marca, na história da ocupação da Maré, uma mudança simbólica importante. Pela primeira vez, a iniciativa da ocupação e do aterramento vem inteiramente do Estado. No coração da precária ocupação anterior, o Estado faz uma obra local significativa e, ao fazê-lo, legitima, de certa forma, as ocupações existentes. O fato de ter sido composta, em termos humanos, de pessoas de diferentes origens, e de sofrer a tutela repressora da Fundação Leão XIII, fez com que o associativismo local demorasse mais a se desenvolver, quando comparado com as outras favelas da Maré. Contudo, o represamento das iniciativas locais e a necessidade da construção de uma nova identidade encontraram, na década de 1980, num tempo de muitas mudanças políticas para o país, considerável força, e a Nova Holanda se transforma na favela mais politizada da Maré.

Parque União

O Parque União se formou através de uma ocupação planejada pelo advogado Magarinos Torres, filiado ao Partido Comunista Brasileiro, que loteou a área e vendeu o direito de se ocuparem os lotes, batizando o local com o nome de seu pai, bairro Desembargador Magarinos Torres. Magarinos, filho, foi uma figura controversa. Nos registros históricos em que aparece, ora era beatificado como um homem bom, altruísta, que atuou como um líder político e popular na defesa das causas dos favelados e jamais enriqueceu, ora como um caudilho

autoritário que se utilizava de ameaças e violência para não perder o controle das áreas em que prestava seus serviços de “proteção jurídica” e administração (Amoroso; Gonçalves, 2015). Magarinos exercia um controle rígido dos moradores, impedindo a formação de casas de jogo e prostituição e exigindo que os moradores estivessem trabalhando. Cobrava, também, uma taxa mensal por seus honorários. Em troca, defendia-os em questões jurídicas e em tentativas de remoção ou invasões da polícia.

Praia de Ramos

Surge como uma comunidade de pescadores, no início da década de 1960, às margens da mais famosa praia do subúrbio carioca. A praia, de águas da Baía de Guanabara, tornou-se extremamente poluída e imprópria para o banho. Em 2001, no governo de Anthony Garotinho, é construído um piscinão artificial, que se transformou em uma das poucas áreas de lazer da Maré.

A Maré a partir do Projeto Rio

O Projeto Rio promoveu uma profunda mudança na Maré, melhorando a infraestrutura, removendo quase definitivamente as palafitas e construindo outros conjuntos habitacionais para receber seus moradores, que somavam, à época, um terço dos moradores da Maré. Esse processo não se deu sem conflitos; houve atrasos, ameaças de remoção, soluções autoritárias. Silva (2006) aponta o quanto o associativismo local foi importante para a defesa dos interesses dos moradores nesse período. Dois instrumentos se destacaram nessa luta: o jornal local *União da Maré*, cujo primeiro número saiu em janeiro de 1980, e a Comissão de Defesa das Favelas da Maré (Codefam), criada em junho de 1979, formada pelos presidentes das associações do Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Parque Maré, Parque Rubens Vaz e Parque União.¹²

O primeiro conjunto a ser construído, com início em 1980, no terreno do antigo Aeroclube do Brasil, consistindo de 1.400 casas (Araujo, 2012), foi a Vila do João, batizada em homenagem ao então presidente, o general João Batista de Oliveira Figueiredo.

¹² “Apesar da curta existência e dos problemas que levaram a sua desarticulação, a Codefam representou a primeira experiência de união das localidades da Maré em torno de questões que lhes eram comuns: a luta contra a remoção e a cobrança da concretização do Projeto Rio” (Silva, 2006, p. 108).

Naquele momento, a inauguração do conjunto se converteu num verdadeiro comício em apoio ao candidato do governo, Wellington Moreira Franco. A Vila do João possuía uma creche, inaugurada por dona Dulce Figueiredo; um Centro de Treinamento Profissional da Ação Comunitária do Brasil, antiga parceira do governo militar em projetos anteriormente realizados no Morro do Timbau; e um posto de saúde mantido em convênio com a UFRJ. A população, com uma dose de sarcasmo, logo apelidou a Vila do João de “Malvinas”, relacionando os constantes tiroteios que ali ocorriam com a guerra travada entre Argentina e Inglaterra. “Inferno Colorido” foi outro apelido que a localidade recebeu, numa crítica às construções, muito coloridas e quentes, calor ainda mais acentuado pelas telhas de amianto usadas nas casas, e pela falta de arborização do lugar. (Silva, 2006, p. 108-109)

Em seguida, foi construído, ao lado da Vila do João, o Conjunto Esperança, com 35 edifícios, num total de 1.400 apartamentos. Silva (2006) destaca que esse conjunto foi alvo de intensa disputa política, por ter sido entregue às vésperas das eleições para governador:

O conjunto de 1.400 apartamentos foi construído para ser ocupado, em primeiro lugar, por moradores das áreas de palafitas, e, em segundo, por moradores da área da Maré em geral, num processo que previa a habilitação de candidatos por meio de inscrição e comprovação do atendimento aos pré-requisitos. A ocupação dos apartamentos foi logo alvo de uma série de denúncias de corrupção e cobrança de propina, que envolviam funcionários da Cehab, políticos ligados ao governador Chagas Freitas e aos presidentes das associações de moradores. Tais denúncias, fartamente veiculadas pelos jornais da época, motivaram a invasão de cerca de 240 apartamentos ainda desocupados e colocaram as associações de moradores da área da Maré em total descrédito. Alguns de seus presidentes chegaram a ser presos, sob acusação de cobrança de valores extorsivos para entrega de chaves. Por outro lado, as barganhas políticas feitas por candidatos ligados ao governo estadual e à máquina chaguista agravaram a situação, com denúncias de favorecimento e distribuição de unidades a pessoas ligadas a tais políticos. (Silva, 2006, p. 109-110)

O aterramento da Ilha do Pinheiro deu origem, na segunda fase do Projeto Rio, no final de 1983, à Vila do Pinheiro, com 2.300 casas semelhantes às da Vila do João, consistindo em quarto, sala, cozinha e banheiro, que receberam os últimos moradores removidos das palafitas. No meio da Vila do Pinheiro há um parque ecológico, conhecido como “mata”.

Na fase final do Projeto Rio, em 1989, ao lado da Vila do Pinheiro, foram construídos 1.380 apartamentos, batizados de Conjunto Pinheiro. Mais uma

vez, segundo Silva (2006), a entrega dos apartamentos teria sido motivo de disputa política:

Esse foi um momento marcado por novas denúncias contra as lideranças comunitárias e agentes do BNH, principalmente quanto à cooptação dessas lideranças em troca de apartamentos e empregos. Mais uma vez, ocorreu o uso eleitoral das associações. (Silva, 2006, p. 111)

Com o fim do Projeto Rio e na mão de outros projetos públicos, como o Programa Morar Sem Risco, da Prefeitura do Rio de Janeiro, surgem outros conjuntos. O primeiro é o Conjunto Bento Ribeiro Dantas, que já chegou a ser apelidado de “fogo cruzado” por ficar em região de disputa de facções criminosas, inaugurado em 1992, na antiga área do porto e da praia de Inhaúma, recebendo moradores removidos de outras favelas, que não seriam alcançadas pelo programa Favela-Bairro (Burgos, 2006). Sua inspiração arquitetônica, com tijolo e concreto aparentes, difere do estilo modernista de seu vizinho, o Conjunto Pinheiro. Semelhante ao Conjunto Bento Ribeiro Dantas, em 1996, foi inaugurado o Conjunto Nova Maré, também conhecido como “tijolinho” ou “casinhas da Baixa”, que recebeu moradores removidos do Parque Roquete Pinto. No Nova Maré fica a Vila Olímpica da Maré. Quatro anos depois, em 2000, a prefeitura inaugura o Conjunto Novo Pinheiro, mais conhecido como Salsa e Merengue, em referência a uma novela televisiva de sucesso à época. Esse conjunto recebeu moradores de um assentamento provisório local chamado de Kinder Ovo e das margens do rio Faria Timbó. Embora não reconhecida oficialmente, há uma pequena favela, que existe há mais de trinta anos, localizada ao lado da Vila do Pinheiro, com cerca de quarenta famílias, chamada McLaren, que subsiste em um estado de profunda miséria, sem saneamento básico e ao lado de um valão de esgoto que transborda constantemente.

A Maré: complexo, território popular, bairro, comunidade e favela

Nesta seção, apresentarei parte de uma taxinomia, já que esta é palco de muitas disputas internas e externas à favela. Dar nomes às coisas, classificá-las, além de ajudar a ordenar o mundo social, também o produz. Nomear, assim, é buscar impor uma ordem ao caos, dominá-lo, construir fronteiras, domesticá-lo e produzi-lo.

Maré complexo

Jamais escutei, na realização do trabalho etnográfico empreendido nos anos de 2016 e 2017, o termo “Complexo da Maré”, que parece reservado a quem é de fora, à imprensa e a alguns acadêmicos. O uso do termo “complexo” para se referir a conjuntos de favelas contíguas é relativamente recente, se comparado à história das favelas no Rio de Janeiro. Não há, propriamente, uma história oficial do início da utilização da expressão, mas ela parece ter surgido por meio de agentes do Estado, mais especificamente policiais; depois foi sendo incorporado à nomenclatura estatal em geral. A imprensa, ao adotar esse termo, mais fortemente a partir da década de 1990, o consagrou para o uso comum.

O primeiro conjunto de favelas contíguas a ser denominado assim foi o “Complexo do Alemão”, que se refere às favelas do entorno do Morro do Alemão, situado na Zona Norte da cidade. Depois, a nomenclatura foi sendo adotada para Maré, Chapadão, Caju, Penha, entre outros lugares. É inegável que a expressão tem força maior de utilização quando se trata de uma referência feita por alguém de fora das favelas. No “Complexo do Alemão”, por exemplo, percebi, em pesquisa feita entre 2011 e 2013, que os moradores, ao se referirem ao lugar onde moravam, usavam o nome da favela específica. Por exemplo, “moro no Alemão”, no caso, o Morro do Alemão, “moro no Cabritos”, o Morro dos Cabritos. Quando estavam fora de lá, às vezes, referiam-se ao “Complexo”, por exemplo, “sou do Complexo”. No caso da Maré, jamais escutei o termo sendo usado assim. No geral, os moradores referiam-se à localidade específica, “Nova Holanda”, “PU”, ou, simplesmente, “Maré”.

A Maré é composta por 16 favelas. Há uma autoidentificação recorrente, na Maré, com e como “favela”. Se isso se dá pela combativa história da formação da sua identidade e de sua ocupação territorial é uma questão que ainda pretendo abordar. Cheguei a considerar a hipótese de que o uso de “favela” é reforçado pelas instituições locais em busca de financiamentos públicos e privados para seus projetos. Jogar com o imaginário social de instituições financiadoras, nesse caso, é uma artimanha legítima e necessária para a sobrevivência dessas organizações. Contudo, durante entrevistas, escutas e conversas informais, vi que as pessoas, moradoras da Maré, não ligadas a essas organizações, referiam-se a Maré ora como “favela”, ora como “comunidade”, raras vezes como “bairro”.

Maré território popular

Evitarei por três motivos o uso de “território popular”, embora o tenha encontrado repetidamente, mas com forte vinculação a alguns grupos mais

intelectualizados e acadêmicos, especialmente aqueles ligados à organização em que trabalhei na Maré. Primeiro, por ter pouco lastro acadêmico, no Brasil, em pesquisas similares a esta; segundo, porque esse conceito pode ser usado no sentido de aumentar a abrangência de certas discussões, como, por exemplo, os sentidos das ações repressivas do Estado neoliberal, que se assemelham às ações em territórios mais diversos, que vão desde as favelas cariocas, a periferia de São Paulo, a Baixada Fluminense até os *banlieues* franceses e os guetos norte-americanos. Penso que, no caso de uma pesquisa em favela carioca, a escala seria grande demais e levaria à perda de foco no objeto. Terceiro, e por fim, não encontrei esse termo sendo usado por moradores.

Maré bairro

Mas além de favela e comunidade, ou conjunto de favelas, ou conjunto de comunidades, a Maré é também bairro. Em 1986, foi criada a XXX Região Administrativa – Maré.¹³ Dois anos depois, em 1988, outro decreto municipal delimita a área dessa região administrativa, promovendo alterações nos bairros circunvizinhos de Manguinhos, Ramos, Olaria e Bonsucesso.¹⁴ Em 1994, com a lei municipal n. 2.119¹⁵, foi criado o bairro Maré, com a delimitação territorial definida na lei de 1988. Essa ação estatal é, por um lado, o reconhecimento de uma identidade específica da Maré, que a diferencia dos bairros por onde, anteriormente, se estendia, mas é principalmente uma forma de melhor administrar aquele grupo populacional que já beirava as cem mil pessoas. Mais do que o reconhecimento das lutas e resistências de seus moradores, os decretos municipais da década de 1980 tratam de delimitações territoriais e criação de regiões administrativas com vistas a um maior controle de gestão daquele território e de suas populações.

¹³ O decreto n. 6011, de 4 de agosto de 1986, alterou a estrutura da Secretaria Municipal de Governo, transformando quatro das maiores favelas, ou conjunto de favelas, do Rio de Janeiro (Rocinha, Jacarezinho, Alemão e Maré) em regiões administrativas.

¹⁴ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1988/798/7980/decreto-n-7980-1988-este-ato-ainda-nao-esta-disponivel-no-sistema>. Acesso em: 17 abr. 2018.

¹⁵ Art. 1º: Fica criado o bairro Maré, na XXX Região Administrativa, com delimitação no anexo I do decreto n. 7.980, de 18 de agosto de 1988. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/14500615/artigo-1-da-lei-n-2119-de-19-de-janeiro-de-1994-do-municipio-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 17 abr. 2018.

Maré comunidade

O uso de “comunidade”, em referência à favela, foi analisado por Patricia Birman em artigo seminal intitulado “Favela é comunidade?”:

A noção de *comunidade* ganha relevo, posto que é acionada em muitas circunstâncias, inclusive pelos agentes do Estado. Mas o seu maior interesse deve-se, em parte, ao fato de que é através dela que se acionam formas de autoidentificação dos moradores desses territórios em oposição a identificações vindas “de fora”. Um dos usos mais generalizados do termo *comunidade* tem sido, pois, aquele de um contradiscurso que argumenta a favor dos habitantes das favelas, destacando as boas qualidades morais que estes teriam, passíveis de serem comprovadas pelos seus modos de vida e pela cultura que possuem. (Birman, 2008, p. 103, grifos da autora)

Para Birman, o uso do termo se relaciona a quatro intenções maiores. A primeira seria uma espécie de eufemismo, que funcionaria como uma delicada maneira de evitar o estigma da favela e do favelado. Dessa forma, “em circunstâncias de negociação, como em contatos eleitorais e políticos, em inaugurações de obras públicas, entre outras atividades, *favelas* são tratadas como *comunidades* e seus moradores como *cidadãos*” (p. 106), mas há sempre a possibilidade da suspensão dessa condição quando é preciso. Assim, essa tentativa de suavizar o estigma acaba não se realizando de fato. Um segundo uso diz respeito ao acionamento de valores positivos relacionados à tradicionalidade, com um forte viés católico, mesmo que difuso e ameaçado pelo crescimento do pentecostalismo. “A comunidade, neste caso, seria a coletividade dos pobres organizados” (p. 107). A ênfase aqui se dá na harmonia. Embora a autora não toque nesse ponto, o termo “comunidade” reforça a ideia de unidade e compartilhamento, em detrimento da diversidade e da diferença. “Comunidade” traz um forte traço de não divisão, de ausência de propriedade privada e, quiçá, de laços sociais que se apresentam na forma durkheimiana de solidariedade mecânica, com a força da consciência coletiva, da reduzida divisão do trabalho e do direito repressivo (Durkheim, 2008). Então, favela como “comunidade” parece refletir a ideia da existência de uma sociedade simples dentro de uma sociedade industrial complexa. Essa ausência de civilização, esse caráter “primitivo” ou “selvagem” justificaria ações de caráter civilizatório e tutelar. Essa reflexão me remete a dois textos clássicos sobre favelas.

Em 1964, Carlos Alberto de Medina publica *A favela e o demagogo*, resultado de uma pesquisa que relacionava as favelas do Rio de Janeiro com as da recém-construída Brasília, dando maior destaque para as favelas cariocas. Trata-se de um dos primeiros trabalhos desse perfil realizados sobre favelas, partindo do

pressuposto, então consagrado pelo senso comum e pela maior parte dos agentes do Estado, de que a favela é um fenômeno que carece de solução, ou seja, um problema. “A favela é um mal curável rapidamente” (Medina, 1964, p. 12). “O problema das favelas [...]” (p. 32). Ainda assim, é notável o esforço de Medina em combater uma série de equívocos predominantes como, por exemplo, a ideia da favela como habitada por marginais e pessoas sem ocupação. O que destaca, contudo, nessa discussão sobre comunidade, está em sua afirmação de que “é um erro supor que a favela seja homogênea em termos humanos” (p. 69). Medina aponta que, na favela, existem camadas sociais distintas, e reduzi-las, simplesmente, à questão da pobreza “é insuficiente para eliminar as diferenças entre as pessoas, no que se refere às suas opiniões, aos seus hábitos e seus comportamentos sociais” (p. 70). Se para fora a favela parece homogênea, olhar para sua configuração revela uma “realidade social complexa e multiforme” (p. 71). Nessa época, ainda não aparecia a ideia de favela como comunidade.

Três anos depois, Luiz Antonio Machado da Silva, ao publicar o artigo “A vida política na favela” (1967),¹⁶ gestado durante sua participação em grupo de pesquisa de Anthony Leeds, corrige para as gerações posteriores de estudiosos da favela os equívocos, mesmo bem-intencionados, de Medina,¹⁷ e produz um trabalho já clássico sobre o assunto. Nesse texto, o autor, além de cunhar o conceito de “burguesia favelada”, aponta para o equívoco de considerar a existência de um tipo único de favelado: “não se pode ignorar que a organização desses espaços é de uma complexidade impressionante, proporcionando, assim, as bases internas para uma nítida diferenciação social” (Silva, 1967, p. 701). Assim, para Machado da Silva, a questão mais importante na consideração da favela é sua diversidade, sua diferenciação, não a imposição externa de algum tipo de unicidade. No final dos anos 1960, a questão da denominação não parece ainda ser um problema, mas o autor reflete a crítica forjada dentro do grupo de Leeds à ideia, claramente apresentada por Medina, de que a favela é uma extensão do mundo rural. Nesse sentido, “A vida política na favela” destaca o caráter de forma de organização tipicamente capitalista da favela:

¹⁶ Utilizo na bibliografia a versão republicada em 2011, pela revista *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, com o título “A política na favela”.

¹⁷ Não pretendo com esse comentário reduzir a importância de *A favela e o demagogo*, que considero um importante avanço nas pesquisas sobre favelas, com uma análise elegante e muito bem realizada, que trouxe alguns dos fundamentos para pesquisas futuras, constituindo-se, assim, num verdadeiro clássico.

Outro ponto a considerar em análises de conteúdo político é que a favela apresenta uma forma de organização tipicamente capitalista, com uma vitalidade econômica que chega a espantar aqueles que com ela se defrontam. As alternativas disponíveis na favela para investimentos e acúmulo de capital – em uma palavra, os recursos internos – são as mais diversas, indo da criação de animais à especulação imobiliária e à produção de manufaturas. Esses recursos internos são a base sobre a qual se cristaliza, a partir de sua exploração econômica, uma diferenciação social bastante definida, com uma *burguesia favelada* monopolizando o acesso, o controle e a manipulação dos recursos econômicos, além das decisões e dos contatos políticos. (Silva, 1967, p. 701-702, grifo do autor)

De volta a Birman, o terceiro uso faz referência a relações de proximidade, face a face, e o quarto trata do reconhecimento coletivo de que “todos, ali, são objetos de uma política discursiva que os aloca numa posição subalterna e estigmatizada, independente de e contra suas vontades” (Birman, 2008, p. 114). “Favela é comunidade?” se encerra, após elencar as complexas questões que envolvem o uso do termo, sem cair na armadilha de oferecer uma resposta simplista ou normativa. Como já apontei, encontrei, nas falas locais, o uso de “comunidade” e suas variantes em intercâmbio com “favela”, como referindo-se à mesma localidade. Por que não admitir, então, que a Maré é, ou pode ser, um conjunto de favelas, ou um conjunto de comunidades? Preservarei, entretanto, evidentemente, o uso de “comunidade” quando o termo aparecer nas narrativas locais, mas usarei “favela” quando o texto for reflexão minha.

Maré favela

O que quero dizer quando digo “favela”? De antemão, é importante frisar minha recusa em propor ou adotar uma definição fechada de “favela”, não por não reconhecer, ou por desprezar, os esforços daqueles que a propuseram, mas por avaliar que qualquer definição rigorosa desse fenômeno tão complexo implicaria necessariamente uma redução desqualificadora. Contudo, ainda assim, trago alguns elementos que contribuem para uma melhor compreensão daquilo que quero e daquilo que não quero dizer quando digo “favela”. Dialeticamente tentarei reconstituir algumas possibilidades.

Historicamente, há uma relação de linhagem entre os cortiços e as representações sociais elaboradas, na segunda metade do século XIX, sobre o surgimento das primeiras favelas no Rio de Janeiro. Construiu-se socialmente a ideia dos cortiços como habitações de malandros e prostitutas, o lugar da pobreza, do trabalhador sem vínculos formais, como ambiente degradado, do vício

e da doença. As campanhas de erradicação dessas moradias populares, embaçadas por discursos higienistas, conseguiram aprovar legislação que proibia a construção de novos cortiços e tiveram seu ápice no “bota-abaixo” do prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906), que promoveu uma radical reforma urbanística em diversas áreas centrais da cidade, derrubando essas habitações e removendo seus moradores. Essas pessoas removidas foram algumas das primeiras a constituir habitações nas encostas e morros da cidade no início do século XX. Se esses foram, de alguma forma, os “precursores” da favela, levaram consigo o estigma que os marcava anteriormente. A favela passa a ser representada com as mesmas características dos cortiços.¹⁸

Etimologicamente (Medina, 1964; Valladares, 2000), o mito de origem da favela se encontra na experiência da Guerra de Canudos. Foram ex-combatentes desse conflito que se instalaram no morro da Providência, que ficava de frente para o quartel-general do Exército, em busca do cumprimento das promessas de moradia feitas aos combatentes em caso de vitória. Lá instalados, em condições precárias, passaram a chamar o local de “morro da Favella”. Para Medina (1964), por causa de certo tipo de vegetação encontrada em Canudos:

O morro da Providência, não tardou muito, passou a se chamar morro da Favela, porque os morros que circundavam Canudos são cobertos de uma planta, conhecida no Nordeste, cujas folhas causam uma picada tremendamente dolorosa. Essa planta chama-se favela, e foi esse o nome que deram os soldados a um dos morros em que tiveram de posição a fim de subjugar Canudos. Assim, começaram a chamar de Favela, o morro da Providência, não só em homenagem ao ponto estratégico que lhes possibilitou a vitória, como para estabelecer um paralelo irônico entre aquele e este, do qual, tal como na campanha, desciam todos os dias para a conquista de um novo obstáculo: a má vontade. [...] Seja qual for a verdadeira razão, o fato é que deram o nome da planta picante ao morro da Providência e o povo generalizou o seu uso para designar todas as aglomerações de moradias miseráveis que desde então têm aparecido. (Medina, 1964, p. 18-19)

Sobre o ponto estratégico de combate no sertão de Canudos, Valladares (2000) detalha um pouco mais:

¹⁸ Evidentemente, essa caracterização partia de agentes públicos, dos jornais da época e de personagens da elite carioca.

São duas as explicações para essa mudança de nome: primeiro, a existência neste morro da mesma vegetação que cobria o morro da Favella do município de Monte Santo, cuja feroz resistência retardou o avanço final do Exército da República sobre o arraial de Canudos. Se, no primeiro caso, a explicação está baseada numa similitude *tout court*, no segundo, a denominação morro da Favella vem revestida de um forte conteúdo simbólico que remete à resistência, à luta dos oprimidos contra um oponente forte e dominador. (Valladares, 2000, p. 9)

A mesma autora ainda aponta que a obra de Euclides da Cunha sobre Canudos exerceu um profundo impacto no imaginário construído à época sobre a favela, quando as referências e as comparações das favelas existentes com o arraial de Canudos se multiplicavam.¹⁹

Outra forma socialmente construída de se caracterizar a favela se deu a partir de suas *características urbanísticas e arquitetônicas*. Medina destaca a “presença da pobreza refletida no material de que são construídas as residências”, além da proximidade física entre elas, “indicando a precariedade das habitações e do povoamento” (Medina, 1964, p. 47).²⁰ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) criou o conceito de “aglomerado subnormal”, que passou a ser utilizado no censo de 1991, para designar “áreas conhecidas ao longo do país por diversos nomes, como favela, comunidade, grotão, vila, mocambo, entre outros”, e permanece em uso até hoje, que é:

um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. (IBGE, 2011)

¹⁹ Valladares (2000) cita João do Rio e Luiz Edmundo e destaca que “encontramos nesses relatos o mesmo tipo de descrição, o mesmo tipo de espanto e surpresa diante de um mundo desconhecido presente em *Os sertões*” (p. 10).

²⁰ A questão da proximidade física entre casas, ou seja, paredes contíguas e ausência de quintais e muros, parece um pouco limitada inclusive para a época, já que na década de 1960 já havia “vilas”, tanto no subúrbio quanto na Zona Sul carioca, que detinham essas características e não eram caracterizadas como favelas. Algumas, inclusive, bastante valorizadas em termos de especulação imobiliária. Para uma discussão completa sobre o tipo de moradia proletária no Brasil, apesar da necessidade de atualização de dados, é notável o trabalho de Leeds e Leeds (1978): “Desta forma, aproximadamente 70% da população da cidade do Rio de Janeiro e uma percentagem comparável em Lima e Caracas moram em habitações que, com exceção de algumas áreas mais evoluídas, são quase que exclusivamente proletárias” (p. 154).

O primeiro critério para identificação desse tipo de residência para o IBGE é a ocupação ilegal da terra, o que já demonstra um enorme desconhecimento da história da constituição das favelas do Rio de Janeiro, formadas por múltiplos processos. As favelas têm origem, em parte, em ocupações ilegais, invasões de terrenos estatais ou privados abandonados, mas, também, em parte, em autorizações para ocupação de terrenos, grilagem, compras e negociações de pequenos lotes ou, simplesmente, na remoção de pessoas, em decorrência de políticas urbanísticas diversas, que foram levadas por agentes estatais para determinadas áreas, ora construídas na forma de parques proletários ou conjuntos habitacionais, ora vazias, com a permissão de construção de moradias. Outro elemento apontado pela agência estatal é a ausência de título de propriedade, o que também exclui da categoria parte significativa das favelas cariocas.

Por fim, na identificação do “aglomerado subnormal”, pelo menos uma das duas características seguintes deve ser detectada: urbanização fora dos padrões vigentes, refletida por vias de circulação estreita e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; precariedade de serviços públicos essenciais.

Dessa forma, como apontaram Silva et al., a questão-chave para representar a favela é a *ausência*:

Nesta perspectiva, a favela é definida pelo que não seria ou pelo que não teria. Nesse caso, é apreendido, em geral, como um espaço destituído de infraestrutura urbana – água, luz, esgoto, coleta de lixo; sem arruamento; globalmente miserável; sem ordem; sem lei; sem regras; sem moral. Enfim, expressão do caos. (Silva et al., 2009, p. 16, grifos dos autores)

Essa ausência é intensificada pelo contraste em comparação a certo padrão considerado hegemônico, por agentes do Estado e do mercado imobiliário, do que seria o modelo de ocupação e de tipo de construção ideal para habitação familiar. Assim, idealiza-se um certo tipo de ordem urbana que tem como paradigma os bairros da elite ou da classe média. A favela passa a ser, então, o contraste de tudo isso, a perfeita imagem da desordem, do imprevisto, da falta de planejamento e civilização, da feiura.²¹ A imagem da favela passa a ser construída no imaginário social como a antítese do asfalto, como não bairro, como

²¹ “Estes modelos, em geral, são referenciados em teorias urbanísticas e pressupostos vinculados a determinadas classes e grupos sociais hegemônicos que consagram o que é um ambiente saudável, agradável e adequado às funções que uma cidade deve exercer no âmbito do modelo civilizatório em curso” (Silva et al., 2009, p. 21-22).

aquilo que não deve e não pode ser, e seus moradores ora como bárbaros, incivilizados e perigosos, responsáveis pela violência urbana da cidade, ora como pobres carentes, já que devido a sua miserável condição, ignorância e falta de instrução precisam ser tutelados, para que compreendam quais são suas reais necessidades e qual o seu lugar na hierarquia dos espaços da urbe.

Considerações finais

Este artigo, como se espera, rompe com essas imagens reprodutoras de estigmas e se constrói em busca de uma compreensão não exótica e mais global da favela, no sentido de não a olhar somente através de uma ou outra perspectiva. Procurei, empreender, assim, neste trabalho, um breve histórico da formação da Maré, propondo uma discussão taxinômica sobre conceitos em disputa, tais como complexo, território popular, bairro, comunidade e favela. Apoiei-me, além da revisão bibliográfica de textos sobre a Maré, em trabalhos seminais das ciências sociais brasileiras sobre o tema. Busquei, também, que o trabalho tenha sido permeado pela escuta dos seus moradores, possibilitada pela incursão em campo, nos anos de 2016 e 2017. Dessa forma, busquei evidenciar que há uma rica disputa conceitual representativa e autorrepresentativa, que envolve agentes públicos, intelectuais da favela, e de fora da favela, e moradores. Esse mapeamento é uma tentativa de contribuição para uma história da favela e, assim, para a história da cidade do Rio de Janeiro.

Referências

- AMOROSO, Mauro; GONÇALVES, Rafael Soares. Memória hagiográfica e movimentos sociais urbanos: a militância de Antoine de Magarinos Torres Filho nas favelas cariocas. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 8, n. 4, p. 707-730, out./nov./dez. 2015.
- ARAUJO, Helena Maria Marques. *Museu da Maré: entre educação, memórias e identidades*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, PUC-Rio, 2012.
- BIRMAN, Patricia. Favela é comunidade? In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.) *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- BURGOS, Marcelo Baumann. *Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006. p. 25-60.
- CEASM. Disponível em: <https://ceasm-blog.tumblr.com/>. Acesso em: 20 out. 2018.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Nova Cultural, 2002.
- DINIZ, Edson; BELFORT, Marcelo Castro; RIBEIRO, Paula. *Memória e identidade dos moradores do Morro do Timbau e Parque Proletário da Maré*. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2013.
- _____. *Memória e identidade dos moradores da Nova Holanda*. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Tradução de Eduardo Brandão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

- FAVELA TEM MEMÓRIA. De bem com a vida. Disponível em: <http://www.favelatemmemoria.com.br/>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- _____. Linha dura, coração mole. Disponível em: <http://www.favelatemmemoria.com.br/>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- _____. Pra mais de 100. Disponível em: <http://www.favelatemmemoria.com.br/>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- IBGE. Guia do censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/glossario.html>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. A sociologia do Brasil urbano. Tradução de Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A política na favela. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 4, n. 4, 2011.
- MEDINA, Carlos Alberto de. A favela e o demagogo. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1964.
- MUSEU DA MARÉ. Disponível em: <http://www.museudamare.org.br/>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. Das ilhas à cidade – a universidade visível: a construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (1935-1950). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- REDES DA MARÉ. Disponível em: <http://redesdamare.org.br/>. Acesso em: 1 set. 2017.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. História do Morro do Timbau. Rio de Janeiro: UFF, 1983.
- SILVA, Claudia Rose Ribeiro da. Maré: a invenção de um bairro. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.
- SILVA, Jailson de Souza e et al. (org.). O que é a favela, afinal? Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.
- TEODOSIO, Tatiana Jung. Espaço maré: histórias, trajetórias, desafios. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2006.
- VALLADARES, Licia do Prado. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 44, out. 2000.
- VARELLA, Drauzio; BERTAZZO, Ivaldo; JACQUES, Paola Berenstein. Maré, vida na favela. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- VAZ, Lilian Fessler. Notas sobre o Cabeça de Porco. Revista Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 29-35, jan./abr. 1986.
- VIEIRA, Antonio Carlos Pinto. Do engenho à favela, do mar ao chão, memórias da construção do espaço na Maré. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2008.
- _____. Da memória ao museu: a experiência da favela da Maré. XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, Anpuh, Rio de Janeiro, 2006.

Recebido em 16/7/2020

Aprovado em 9/9/2020